



JUSTIÇA

A razão por que é preso

Armando Vara prepara-se para cumprir cinco anos de prisão, no âmbito do processo *Face Oculta*, que investigou uma rede de corrupção que teria como objetivo favorecer o grupo empresarial de um sucateiro (Manuel Godinho) nos seus negócios com empresas privadas e do setor do Estado. Os tribunais deram como provado que por três vezes Vara usou o seu poder para favorecer Manuel Godinho, influenciando Mário Lino, então ministro das Obras Públicas, e Domingos Paiva Nunes, então administrador da EDP Imobiliária. Como contrapartida, o ex-ministro e ex-administrador da CGD e do BCP terá recebido prendas de Natal do sucateiro, no valor de 7 413 euros, e 25 mil euros num almoço em casa de Manuel Godinho, em Ovar, em 2009. O tribunal valorizou a prova indireta, concluindo que a conversa telefónica em que Godinho e Vara falavam de "25 quilómetros" dizia respeito, na verdade, a dinheiro vivo de montante equivalente.



LUIS BARRO

Amigos No âmbito do *Face Oculta*, os investigadores intercetaram conversas entre Vara e Sócrates que mostrariam um alegado plano para comprar a TVI e controlar a comunicação social. Essas escutas seriam destruídas

dizem fontes da magistratura ouvidas pela VISÃO, é que, em vez de ser um privilegiado, Armando Vara terá sido apenas mais uma vítima do sistema.

Ironias à parte, juizes e procuradores concordam: o tempo que demorou até que todas as condições e papéis estivessem reunidos para a ordenação da prisão de Vara é, afinal, um tempo de espera normal para um processo desta natureza – grande, com muitos arguidos e com muitos recursos. A única diferença é que para os outros ninguém costuma olhar com um cronómetro nas mãos. Neste caso há, aliás, um exemplo bem mais bizarro do que o de Vara, e bem menos mediático: João Tavares, ex-funcionário da Petrogal, condenado a cinco anos e nove meses de prisão por ter recebido 12 500 euros de Manuel Godinho, para facilitar os negócios do sucateiro na refinaria de Sines, foi o primeiro a ver o seu processo encerrado, em maio de 2018, mas ficou todos estes meses em liberdade, à espera que os outros recursos baixassem para o tribunal de Aveiro.

O percurso é altamente burocrático: as páginas do processo judicial que estejam no Tribunal Constitucional não podem ser enviadas diretamente para a primeira instância, mas para o tribunal de recursos logo abaixo, e assim suces-

sivamente, em escadinha, até chegar à base da pirâmide. "O processo seguiu os trâmites normais. Houve foi uma histeria coletiva fora do normal", diz à VISÃO um procurador conhecedor do caso. Outro magistrado de Aveiro, colega da juíza Marta Carvalho, explica que quem decide a ordem de prisão "tem de se munir de todas as cautelas". Nenhum juiz quer arriscar uma calinada tão grande como a que aconteceu

POR IRONIA, VARA TERÁ SIDO SÓ MAIS UMA VÍTIMA DE UM SISTEMA MUITO BUROCRÁTICO. SERÁ O PRIMEIRO RECLUSO PRESO POR TRÁFICO DE INFLUÊNCIA

no caso de Isaltino Morais. Em 2011, o presidente da Câmara Municipal de Oeiras teve de ser libertado menos de 24 horas depois de ter sido preso, quando os tribunais concluíram que, afinal, não podia ter sido preso naquela data: um dos seus múltiplos recursos apresentava um efeito suspensivo, o que impedia que a pena fosse executada até que todos os recursos estivessem decididos.

Para tomar uma decisão sem correr riscos, um juiz precisa de ter em mãos todo o processo, verificar se todos os recursos foram decididos, se nenhum dos crimes prescreveu e, até, se eventuais decisões favoráveis em recursos pendentes não poderão ter influência no caso daquele arguido em concreto. Neste processo, há ainda vários arguidos, como Manuel Godinho, bem como Paulo e José Penedos, a aguardar decisões de outra secção do Tribunal Constitucional.

Ter três dias para se apresentar na cadeia também não é um estatuto especial dado a Vara por ser um ex-ministro e um ex-banqueiro, assegura um juiz do tribunal de Aveiro. Esse, diz, tem sido um procedimento habitual daquela instância, mesmo com arguidos que são ilustres desconhecidos. Uma pena de prisão já é de si tão violenta que muitos magistrados evitam a força e dão aos

Visão

17-01-2019

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 132725

Temática: Sociedade

Dimensão: 1312 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 74/75



condenados a possibilidade de terem tempo para se despedirem da liberdade.

A SEGUIR, A "OPERAÇÃO MARQUÊS"

À hora a que estiver a ler este texto, o mais provável é que Vara seja já o primeiro recluso português a cumprir uma pena por tráfico de influência, num país em que a conduta da cunha não costuma ser olhada numa perspetiva criminal. Entra com outro fardo aos ombros: a possibilidade de que esta não venha a ser a sua última pena. O ex-ministro é um dos acusados da Operação Marquês, que tem como principal arguido o seu amigo e ex-sócio José Sócrates, o qual também já conheceu os corredores da prisão de Évora. O Ministério Público diz que Vara recebeu 1 milhão de euros numa conta na Suíça, em troca de um financiamento ruinoso de 200 milhões de euros ao empreendimento Vale do Lobo, no Algarve, quando era vice-presidente da CGD. Não podendo negar aquele movimento nas suas contas – como tem feito em relação aos 25 mil euros de que é acusado de receber do sucateiro Manuel Godinho (no Face Oculta) –, terá agora muito tempo para pensar como irá justificar aquele milhão. ■

scaneco@visao.pt

TopAtlântico

FÉRIAS NO MAR
CRUZEIROS 2019-2020

RESERVAS ANTECIPADAS DE 25 JAN A 15 FEV

EM TODAS AS LOJAS

DESCONTOS ATÉ 55%*

Crianças Grátis*

Crédito a Bordo*

25 A 28 JAN
FEIRA DE CRUZEIROS
COMERCIAL COLOMBO

*Condições aplicáveis e limitadas. Verificar condições de reserva até 25 de Janeiro de 2019. Preço por pessoa em cabine dupla. IVA e taxas de viagem. © 2019 TopAtlântico